

Terra de ninguém é ao sul do DF

Impasse na Justiça vai obrigar a Terracap a rever as divisas do Distrito Federal

Alexandre Marino

Uma faixa de "terra de ninguém" foi descoberta na linha divisória sul do quadrilátero do Distrito Federal, quando a Justiça de Luziânia (GO) despejou de uma chácara próxima ao Gama a posseira Maria Pereira da Silva, no mês passado. A chácara fica em área da fazenda Ponte Alta de Baixo, propriedade de Laudimiro Lopes Roriz, primo do governador Joaquim Roriz.

A história começou em 1986, quando o marido de Maria, Theófilo Pereira, fez um requerimento à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) de vistorias na área, por causa das demarcações de um loteamento, feitas por Laudimiro, que avançavam sobre a chácara. Foi o início de um processo de 175 laudas, sob o número 111.000.263/87-9.

O requerimento levou à região técnicos da Seção de Vistoria da Terracap, que constataram irregularidade na demarcação e recomendaram que fosse feito um levantamento topográfico nos limites entre Goiás e DF. Há uma diferença de cerca de 200 metros entre a linha imaginária traçada no papel e a área demarcada.

O parecer é datado de 17 de outubro de 1986, e permaneceu nos arquivos da Terracap durante vários anos, até que Laudimiro moveu contra ele uma ação de reintegração de posse, em 1989. O lavrador não conseguiu provar na Justiça há quanto tempo morava na chácara, e nem a localização da área, que dependia de uma perícia técnica que ele não teve recursos para pagar.

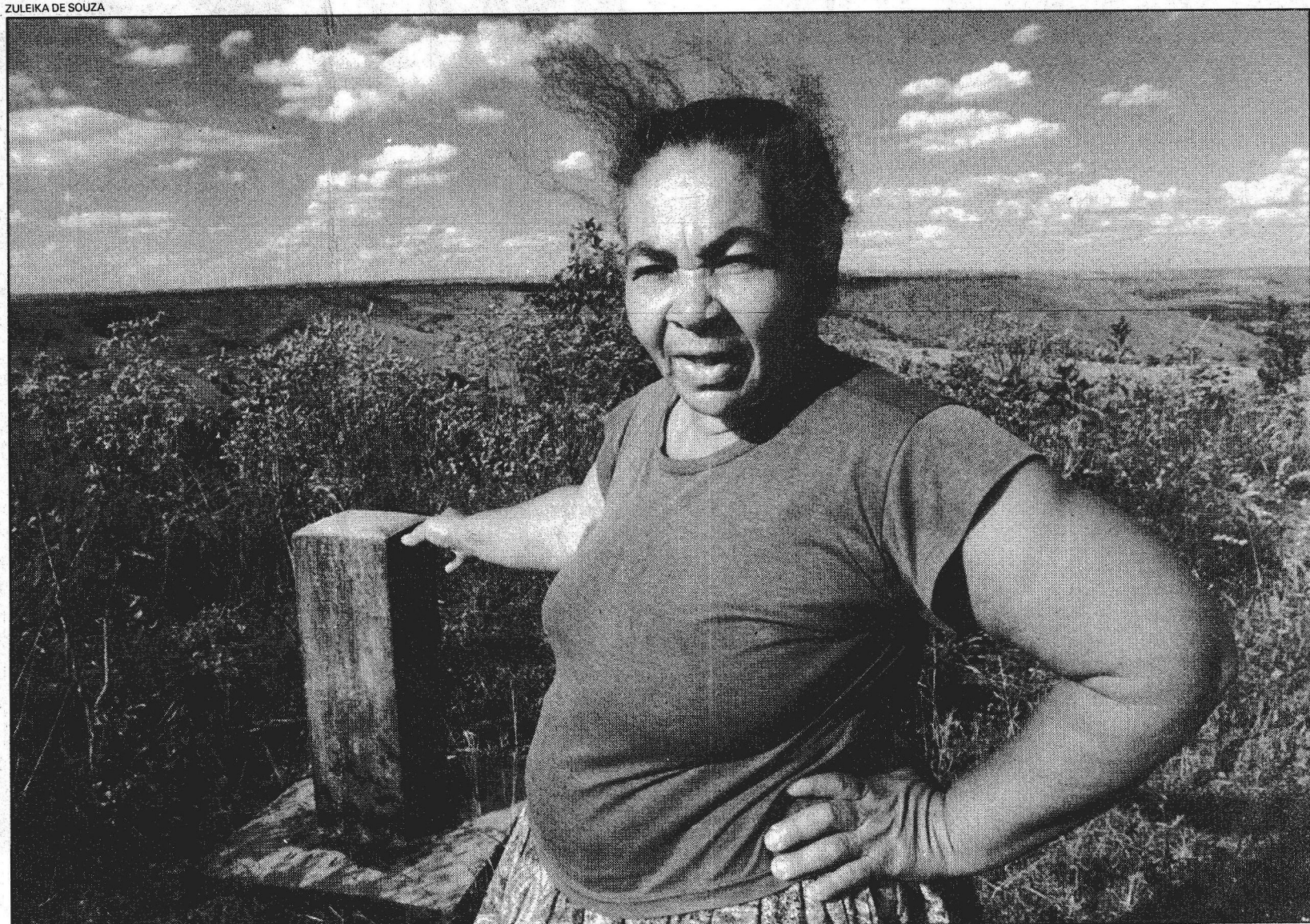
Em 1990, Theófilo morreu. A ação correu na Justiça até o mês passado, quando finalmente Maria Pereira foi despejada. Enquanto isso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborava um estudo para a re marcação da linha divisória. O orçamento apresentado à Terracap no dia 1º de junho tinha o valor de 4.884,22 URVs.

O projeto prevê a demarcação de toda a linha sul do quadrilátero, de cerca de cem quilômetros, o que consumirá seis meses de trabalho. Isto deverá ser feito em convênio com o IBGE, responsável pela parte técnica, e o governo de Goiás.

Na última segunda-feira, ao tomar conhecimento do assunto, o presidente da Terracap, Humberto Ludovico, marcou para amanhã a discussão do processo, com o Conselho de Administração. Se o orçamento apresentado pelo IBGE for aprovado, a Terracap dará início aos trabalhos de re marcação. Segundo o consultor jurídico da empresa, Heleno Barcelos, todo o quadrilátero necessita de uma nova demarcação.

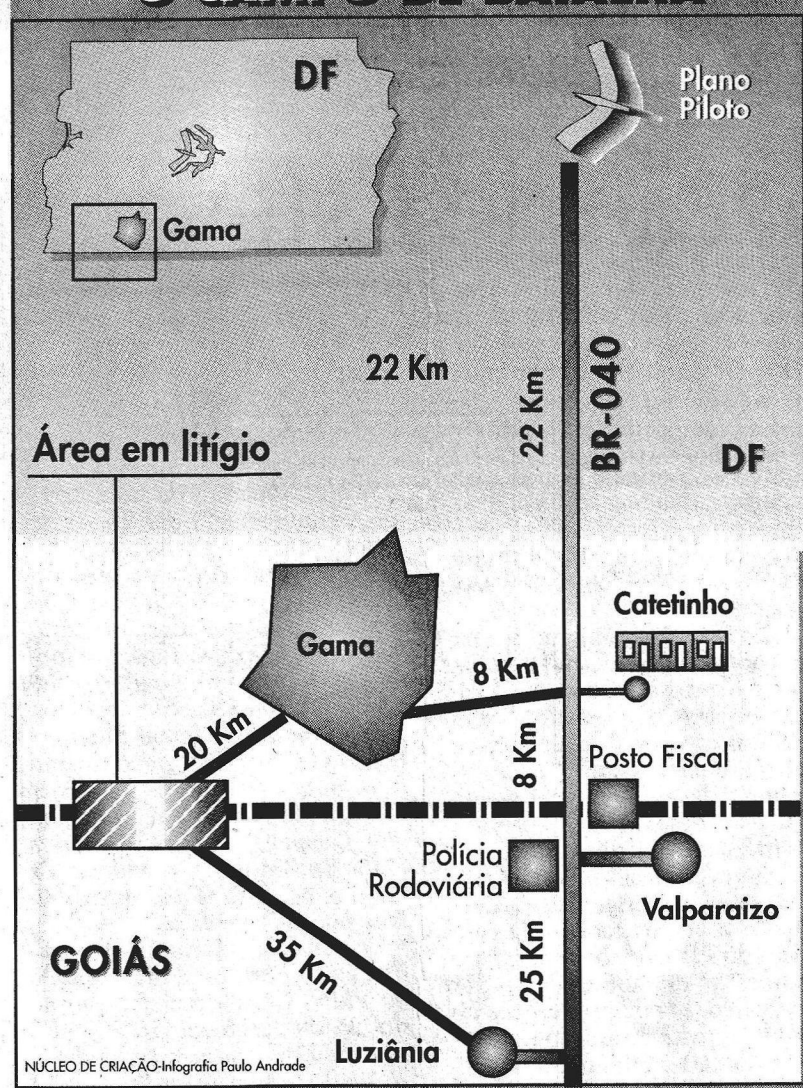
Barcelos esclareceu que, se a posseira tivesse providenciado uma perícia técnica da área, a ação movida por Laudimiro Roriz não poderia ter sido julgada, porque "fatalmente a perícia teria recomendado um reavivamento (re marcação) da linha divisória" entre os dois estados.

ZULEIKA DE SOUZA



Maria Pereira não se conforma de ter sido despejada pela Justiça de Goiás da chácara que, para ela, está no DF

O CAMPO DE BATALHA



Marcos foram destruídos

Os marcos construídos pelo IBGE na linha divisória do DF, nas proximidades da fazenda Ponte Alta de Baixo, foram destruídos. Restou apenas um, na cabeceira da "grotinha do buraco", com a inscrição "DF-140". O chefe de gabinete da Terracap, Renato Castelo, confirma que não existem mais os marcos no local. A fazenda Ponte Alta de Baixo ocupa áreas do Distrito Federal, Goiás e da "terra de ninguém". Laudimiro Lopes Roriz a herdou da mãe, Maria Carlinda Roriz, tia do governador do DF. Tem 111 alqueires, segundo seu filho Wilde Roriz, que responde pelos seus negócios.

O loteamento que corta a chácara de 15 alqueires onde Maria Pereira plantava milho, abacaxi e mandioca foi registrado há 12 anos, informou Wilde. A 400 metros, ficam um posto de saúde e uma escola do DF. Maria Pereira garante que ocupou a terra no dia 27 de julho de 1974, e lá ficou "porque a Terracap deixou".

Inconformada com o despejo, Maria Pereira já peregrinou por vários órgãos do Governo do DF, mas sem qualquer documento nas mãos. O mapa da Fundação Zoobotânica anexado ao processo não foi aceito pela Justiça, por ter sido considerado inautêntico. Se

fosse feita uma perícia na área, a constatação de um "impasse territorial" pelo menos interromperia a tramitação do processo.

O advogado que a defendeu no caso, João Queiroz, disse que a Justiça de Luziânia não financia trabalhos de peritos para casos desse tipo. Como Theófilo Pereira alegou que não tinha recursos financeiros para pagar um técnico, não foi feita perícia da área, o que garantiu a vitória de Roriz.

Wilde Roriz afirmou que o IPTU das terras é pago por seu pai à prefeitura de Santo Antônio do Descoberto (GO), o que comprovaria a localização no Estado de Goiás. O consultor jurídico da Terracap, Heleno Barcelos, entende que tanto um juiz goiano quanto um do DF poderiam acatar a ação, mas a escritura não comprova a localização da fazenda, embora confirme a propriedade.

O advogado Francisco Faria, do Departamento Jurídico da Terracap, lembrou que são comuns casos de fazendas que pertencem aos dois estados. No caso, a ação da Justiça de Goiás seria legal, mesmo com relação à terra localizada dentro do Distrito Federal, já que o proprietário paga seus impostos a Goiás.

Demarcação vai ser demorada

Uma nova demarcação de todo o quadrilátero do Distrito Federal vai consumir muito tempo e dinheiro, segundo o consultor jurídico da Terracap, Heleno Barcelos. Só os trabalhos de topografia consumirão mais de um ano, informou. Serão necessários quatro ou cinco equipes, com 30 ou 40 homens cada uma.

O quadrilátero foi estabelecido pela lei nº 2874, de 19 de setembro de 1956, que tratou da mudança da capital do País. Na época, as linhas eram traçadas com correntes. Hoje o trabalho é feito no computador. O próprio programa determina as curvas da linha, seguindo o relevo da região.

"É interessante fazer uma revisão em todo o quadrilátero", concorda o presidente da Terracap, Humberto Ludovico.

Prefeituras anunciam fuga

O chamado "Nordeste Goiano" do qual fazem parte pelo menos 21 municípios goianos, quer se integrar à região metropolitana do Distrito Federal. Mas o Governo de Goiás descartou qualquer possibilidade de agrupamento desses municípios ao DF.

A pretensão, de acordo com o presidente do Conselho do Nordeste Goiano, Cesar Bernardes, evitaria a migração para o DF. "Além disto esta região é grande abastecedora de carne, grãos e hortigranjeiros de Brasília, deixando na capital grande parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos (ICMS) arrecadado", argumentou.

Conforme explicou Cesar Bernardes ao deputado Tadeu Roriz, presidente da Comissão de Defesa do Distrito Federal na Câmara Legislativa, a integração propiciaria também grande desenvolvimento aos municípios incluídos.

"A interiorização da educação, com a criação imediata da Faculdade de Agronomia e Veterinária, com sede em Formosa, seria um dos primeiros benefícios do agrupamento", afirmou.

Segundo Tadeu Roriz, empresários, prefeitos, lideranças políticas e comunitárias das 21 cidades interessadas participarão de um seminário no próximo dia 30 na Câmara Legislativa do DF, para onde trarão suas propostas para o projeto.

Objecção — Segundo o governador de Goiás, Agenor Rezende, há uma proposta para desenvolver o Entorno, envolvendo ações entre os dois governos.

Entre as cidades que desejam integrar a Região Metropolitana estão Formosa, Cabeceiras de Goiás, Alvorada, Posse, Jaciara, São Domingos, Campos Belos, Monte Alegre, Alto Paraíso, São João da Aliança, Planaltina de Goiás.

POR DENTRO DA TERRA DE NINGUÉM

100 quilômetros é a extensão da linha divisória sul

200 metros é a largura da "terra de ninguém"

4.884,22 URVs é o custo da re marcação da linha sul

20 anos foi o período que Maria Pereira viveu na chácara